

# Servidores estaduais são presos após descoberta de movimentações de quase R\$ 6 milhões no Pará

Na ação realizada em Belém, Castanhal e Colares, foram cumpridos três mandados de prisão preventiva e outros cinco de busca e apreensão



O Liberal

22.05.24 17h35



Imagen mostra duas policiais civis na porta de uma residência. (Foto: Divulgação | Agência Pará)

Três **servidores** do **Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS)**, dois deles **inativos** e um outro **ativo**, foram presos preventivamente **nesta quarta-feira (22)**, pela **Polícia Civil** do Pará, durante a operação **“Infiltrado”**. A ação policial aconteceu em **Belém, Castanhal e Colares**, e foi consequência da **detecção do IGEPPS**. Alterações suspeitas no sistema de contracheques do Instituto levaram à descoberta de **movimentações ilícitas para os contracheques** de dois servidores inativos, totalizando **cerca de R\$ 6 milhões**, segundo a PC.

Durante a operação - que teve objetivo de desarticular uma **associação criminosa** envolvida em **peculato, corrupção** passiva, inserção de **dados falsos** em

sistema de informação e **lavagem de dinheiro**-, foram apreendidos **notebooks**, **armas de fogo, munições e celulares**, que são peças fundamentais para o prosseguimento das **investigações**. Além dos três mandados de  **prisão preventiva**, a PC cumpriu outras cinco ordens judiciais de **busca e apreensão**.

“As investigações levaram à prisão de um servidor ativo, que era responsável por fazer as **alterações no sistema** e dois inativos que **recebiam os valores**. Agora faremos a análise de todo o material apreendido para identificar se há **outros envolvidos**”, explicou a **delegada Vanessa Lee, diretora de Estadual de Combate à Crimes Cibernéticos**.

A ação, que contou com a participação de policiais militar e um perito policial, foi coordenada pela Divisão de Combate a Crimes Econômicos e Patrimoniais Praticados Por Meios Cibernéticos (DCCEP), vinculada à Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos (DECCC). “A ação policial evidencia o compromisso da Polícia Civil do Pará em combater o **crime cibernético** e proteger a **sociedade e órgãos governamentais** de práticas criminosas que utilizam **tecnologia** para fraudar e desviar **recursos públicos**”, afirmou o **delegado-geral de Polícia do Pará, Walter Resende**.

A redação integrada de O Liberal solicitou um posicionamento do IGEPPS sobre o caso e aguarda retorno.